



XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

25
anos

2017



ALFORRIAS E RELAÇÕES DE PATRONATO NO CONTEXTO DA DIÁSPORA AFRICANA: MINAS GERAIS (1711-1750)

Pedro Henrique Gericó Speri

Orientador: Prof. Dr. Aldair Carlos Rodrigues

Resumo

Por meio da reconstituição de trajetórias, este projeto analisa as múltiplas e complexas experiências de liberdade da população africana escravizada que viveu na região mineradora de Minas Gerais e obteve alforria. Levamos em conta o contexto escravista onde viviam e o contexto africano de onde eram originários, buscando acessar a dimensão étnica e identitária da diáspora africana do processo de obtenção de manumissão.

Palavras-chave:

Alforrias, direito de patronato, diáspora africana

Introdução

As alforrias constituem um tema consagrado da historiografia sobre a escravidão no Brasil. Após décadas de pesquisas, pudemos conhecer os principais contornos do processo de manumissão da fração demográfica da população escravizada que obteve alforria. Tendencialmente, predominam mulheres (embora fossem minoritárias no volume geral tráfico transatlântico), crioulos e escravizados que trabalhavam longe dos eitos. No caso da região de Minas Gerais durante as primeiras décadas do século XVIII encontramos um quadro diverso em relação às tendências gerais: os resultados preliminares deste trabalho indicam que os grupos manumitidos são africanos, em sua esmagadora maioria. Nesse sentido, buscamos situar as trajetórias dos forros num quadro mais amplo: o da diáspora africana. Acreditamos que esse enfoque, ao considerar na análise o contexto histórico de onde os africanos eram oriundos, pode revelar aspectos novos sobre o tema. Do ponto de vista da legislação que regulava a manumissão, teremos em conta, por um lado, as ordenações do reino e o ordenamento jurídico português, e, por outro, o direito romano que foi construído no seio de uma das maiores e mais complexas sociedades escravistas da História. Os indícios preliminares encontrados nas fontes apontam para a influência do patronato romano em diferentes relações senhor/ escravo, senhor/ ex-escravo, dentre outras configurações.

Os principais objetivos da pesquisa são:

- Estudar as principais características da população forra da região mineradora da América portuguesa;
- Investigar as origens da população escravizada manumitida, considerando a dimensão étnica e identitária da diáspora africana;
- Analisar como o direito de patronato romano marcou a complexa experiência da liberdade no contexto escravista das Minas Gerais.

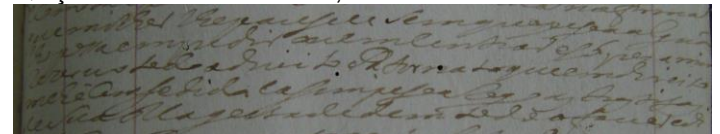
A base empírica do projeto é constituída principalmente por um banco de dados que vem sendo alimentado a partir de fontes cartoriais do século XVIII no CECULT/ IFCH (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura): alforrias, testamentos, escrituras de compra e venda e inventários *post mortem*.

Resultados e Discussão

O desenvolvimento das questões que norteiam esta pesquisa é baseado em documentos manuscritos do

século XVIII depositados no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Os dados das alforrias são inseridos numa base de dados on line sobre a população escravizada que vivia em Minas Gerais na região mineradora.

Figura 1. Carta de liberdade de Maria Rodrigues, preta Quiçamã - AHCSM- Livro 2, fls. 65v-66.



Conclusões

Os resultados preliminares da pesquisa indicam que:

- 1) A população escravizada da região mineradora que obteve alforrias e deixou testamentos *post mortem* registrados em cartório era oriunda principalmente da África Ocidental, da região conhecida genericamente como Costa da Mina. Uma análise mais acurada das fontes que contém dados referentes sobre este grupo revela que foram escravizados principalmente no contexto das guerras de formação e expansão do Reino do Daomé (principalmente após a queda dos reinos de Aladá em 1724 e Uidá em 1727).
- 2) As origens urbanas da população africana, de alguma forma, influenciou nas atividades econômicas às quais se dedicaram para acumular pecúlio que permitiram a compra de alforrias, sobretudo comércio de alimentos.
- 3) As experiências de liberdade da população forra da região de Mariana, enfocada neste projeto, foram permeadas de forma marcante pelo direito de patronato romano. Notamos a influência daquele ordenamento, por exemplo, na definição dos nomes sobrenomes adotados pelos libertos, nas esmolas deixadas para os ex-senhores em seus testamentos e em uma série de relações conflituosas onde a população proprietária acionava diversos elementos do direito romano, indo além do que as ordenações portuguesas definiam.

Agradecimentos

Agradecemos a bolsa de Iniciação Científica que permite o desenvolvimento desta pesquisa, a qual se insere num projeto mais amplo desenvolvido pelo orientador: "**A diáspora africana por uma perspectiva étnica: os etnônimos entre o interior da América portuguesa e o interior da Baía do Benim (século XVIII)**" - AUXPE - 0382/2016); do FAEPEX Convênio 3201/16)